



**REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE**  
ISSN 2763-8928

**A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO**  
**EDUCATION IN THE FACE OF THE MODERNIZATION PROCESS**  
**LA EDUCACIÓN FRENTE AL PROCESO DE MODERNIZACIÓN**

Maria Isabel Mello Costa de Carvalho<sup>1</sup>, Sílvio De Liberal<sup>2</sup>

e47193

<https://doi.org/10.63026/acertte.v4i7.193>

PUBLICADO: 09/2024

**RESUMO**

O sistema educacional brasileiro enfrenta uma crise significativa devido à modernização e globalização, revelando uma desconexão entre o currículo escolar e a realidade dos alunos, além de não atender adequadamente às demandas do mercado de trabalho. Historicamente, a educação formal foi um meio crucial para o progresso social e econômico, mas as críticas atuais apontam para a falta de relevância prática do ensino e a perpetuação de desigualdades. A Constituição brasileira garante a educação como um direito fundamental, mas a qualidade continua sendo um desafio, mesmo com avanços em escolaridade e redução do analfabetismo. O objetivo deste estudo é analisar os desafios do sistema educacional brasileiro e identificar soluções para alinhar o currículo às necessidades contemporâneas e do mercado de trabalho. A metodologia incluiu uma revisão bibliográfica sobre o sistema educacional e reformas internacionais, análise de dados estatísticos e qualitativos de pesquisas nacionais e internacionais, e entrevistas com educadores e especialistas. Além disso, foram avaliadas políticas públicas e programas existentes e realizadas discussões participativas por meio de workshops e grupos focais. A pesquisa visa oferecer recomendações para reformas que promovam uma educação mais inclusiva e relevante para o século XXI, abordando as desigualdades e preparando melhor os alunos para o futuro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Modernização. Globalização. Qualidade educacional. Desigualdade. Reformas educacionais.

**ABSTRACT**

*The Brazilian education system is facing a significant crisis due to modernization and globalization, revealing a disconnect between the school curriculum and the reality of students, in addition to not adequately meeting the demands of the labor market. Historically, formal education has been a crucial means for social and economic progress, but current criticism points to the lack of practical relevance of teaching and the perpetuation of inequalities. The Brazilian Constitution guarantees education as a fundamental right, but quality remains a challenge, even with advances in schooling and reduced illiteracy. This study aims to analyze the challenges of the Brazilian educational system and identify solutions to align the curriculum with contemporary needs and the labor market. The methodology included a literature review of the educational system and international reforms, statistical and qualitative data analysis from national and international surveys, and interviews with educators and experts. In addition, existing public policies and programs were evaluated and participatory discussions were held through workshops and focus groups. The research aims to offer recommendations for reforms that promote more inclusive and relevant education for the 21st century, addressing inequalities and better-preparing students for the future.*

**KEYWORDS:** Modernization. Globalization. Educational quality. Inequality. Educational reform.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pelo Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Experiência em docência bilíngue para pré-escola.

<sup>2</sup> Doutor em Educação Matemática pela Universidade Anhanguera. Mestre em Sistemas Sócio Organizacionais da Atividade Econômica pela Universidade Técnica de Lisboa (Portugal). Especialista em Educação Matemática e Licenciado em Matemática pelas Faculdades Oswaldo Cruz. É docente no Instituto Federal de São Paulo, Campus São Paulo.



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE

ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
 Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvio De Liberal

### RESUMEN

*El sistema educativo brasileño enfrenta una importante crisis debido a la modernización y la globalización, revelando una desconexión entre el currículo escolar y la realidad de los estudiantes, además de no satisfacer adecuadamente las demandas del mercado laboral. Históricamente, la educación formal ha sido un medio crucial para el progreso social y económico, pero las críticas actuales apuntan a la falta de pertinencia práctica de la enseñanza y a la perpetuación de las desigualdades. La Constitución brasileña garantiza la educación como un derecho fundamental, pero la calidad sigue siendo un desafío, incluso con los avances en la escolarización y la reducción del analfabetismo. El objetivo de este estudio es analizar los desafíos del sistema educativo brasileño e identificar soluciones para alinear el currículo con las necesidades contemporáneas y el mercado laboral. La metodología incluyó una revisión de la literatura sobre el sistema educativo y las reformas internacionales, el análisis de datos estadísticos y cualitativos de encuestas nacionales e internacionales, y entrevistas con educadores y expertos. Además, se evaluaron las políticas y programas públicos existentes y se llevaron a cabo discusiones participativas a través de talleres y grupos focales. La investigación tiene como objetivo ofrecer recomendaciones para reformas que promuevan una educación más inclusiva y relevante para el siglo XXI, abordando las desigualdades y preparando mejor a los estudiantes para el futuro.*

**PALABRAS CLAVE:** Modernización. Globalización. Calidad educativa. Desigualdad. Reformas educativas.

### 1 INTRODUÇÃO

Buscando entender a realidade educacional brasileira, é crucial analisar as políticas públicas que moldam o ensino no país. No passado, acreditava-se que a educação formal era uma chave para o progresso e a mobilidade social, promovendo o desenvolvimento social, cultural e econômico. As debates históricos sobre escola pública versus privada, ensino leigo versus religioso e educação técnica versus humanística refletiam a crença de que a educação determinava o futuro da nação.

Essa visão otimista coincidiu com um período de expansão e modernização no Brasil, caracterizado pelo crescimento urbano, desenvolvimento industrial e expansão do setor público. Durante esse período, frequentar a escola e obter qualificações era visto como um meio de acessar novas oportunidades e avançar na vida.

Contudo, essa perspectiva positiva da educação formal é agora contestada. Críticos argumentam que as escolas muitas vezes falham em promover a mobilidade social e podem até discriminar os alunos de origens mais humildes. Eles afirmam que a educação formal frequentemente oferece conteúdos que não se conectam com a realidade dos alunos, transformando o processo educativo em uma mera repetição de informações sem relevância prática.

Além disso, a imposição de conteúdos homogêneos em todo o sistema educacional pode suprimir a diversidade cultural e linguística, exacerbando desigualdades entre diferentes grupos sociais e regiões. Os críticos também observam que os diplomas muitas vezes garantem privilégios aos diplomados, sem realmente refletir a competência ou qualificação real.

Essa visão negativa da educação coincide com o fim do período de rápida expansão e modernização do Brasil, que começou a enfrentar limites a partir dos anos 1980. A industrialização



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvia De Liberal

desacelerou, a urbanização atingiu um patamar, e o mercado de trabalho não expandiu suficientemente para absorver a crescente população escolarizada. A proposta de eliminar a educação formal em favor de métodos informais de aprendizagem não parece uma solução viável e pode até acirrar os problemas existentes. (RAMA, 1989).

Atualmente, o Brasil precisa urgentemente de um sistema educacional que prepare a população para as demandas contemporâneas, como o domínio da língua, raciocínio crítico e manejo da informação. No entanto, para que isso se concretize, é necessário um exame profundo dos problemas existentes na educação, além de simplesmente investir mais dinheiro no sistema. (FERRARO, 2016)

A realidade educacional brasileira reflete a necessidade de uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva, que prepare as novas gerações para enfrentar desafios sociais e econômicos. Apesar dos avanços na redução do analfabetismo e no aumento dos níveis de escolaridade, ainda há uma grande disparidade nas oportunidades educacionais e nas condições sociais, evidenciando a necessidade contínua de esforços para promover uma maior equalização social. (JÚNIOR et al, 2022)

## 2 A EDUCAÇÃO NA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Nos últimos anos, o Brasil tem experimentado mudanças significativas em diversas esferas, incluindo o sistema educacional, que reflete e participa desse reordenamento. A nova legislação tem introduzido diversas inovações e desafios, moldando a organização e a estrutura do sistema. Este sistema é composto por creches para crianças de 0 a 3 anos, pré-escolas para crianças de 4 a 6 anos, ensino fundamental de 8 séries, ensino médio de 3 séries, ensino superior com duração variada e pós-graduação, que inclui mestrado e doutorado.

O ensino fundamental é obrigatório e o poder público é responsável por garantir a oferta de educação para toda a demanda. A legislação exige também a provisão de creches e pré-escolas para quem necessita, além de ampliar progressivamente o acesso ao ensino médio nas escolas públicas. O governo deve manter universidades e outros estabelecimentos de ensino superior para promover a formação de alto nível e a pesquisa. Todo o ensino público, incluindo o superior, é gratuito, e a legislação prevê apoio a estudantes de baixa renda por meio de merenda escolar, material didático, transporte e serviços de saúde.

Desde 1996, com a Emenda Constitucional nº 14 e a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o Brasil tem adotado novos dispositivos legais para melhorar o sistema educacional. A LDB, regulamentada pela Lei nº 9.394 e acompanhada pela regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), promoveu um amplo debate e reformulação da educação, refletindo a importância da colaboração entre o Estado e a sociedade na promoção da educação. Mais recentemente, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE

ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
 Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvia De Liberal

Educação (Fundeb) continuou essa trajetória, destinando 70% dos seus recursos para as escolas públicas municipais e estaduais, com a ajuda do Governo Federal, para garantir maior equidade e qualidade no ensino.

A Constituição define a educação como um "direito de todos e dever do Estado e da família", promovida com a colaboração da sociedade. A responsabilidade é compartilhada entre as diferentes instâncias governamentais e a família, que deve garantir a matrícula dos filhos no ensino fundamental a partir dos sete anos de idade. A LDB (1996) amplia a definição de educação para incluir processos formativos na vida familiar, convivência social, trabalho, instituições de ensino e manifestações culturais, enfatizando a importância de contextualizar a educação escolar com o mundo do trabalho e a prática social.

A última Constituição Federal de 1988 trouxe uma nova terminologia para os níveis e modalidades de educação e ensino, confirmada pela nova LDB (DE DIRETRIZES, 1996). Segundo essa estrutura, há dois grandes níveis de educação escolar: a educação básica e a educação superior. A educação básica é composta pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação superior abrange os cursos de graduação e pós-graduação.

Os níveis de educação escolar são acompanhados por diversas modalidades de ensino, como a educação de jovens e adultos, a educação profissional e a educação especial. Na educação básica, a divisão é a seguinte: a educação infantil abrange crianças de 0 a 6 anos, o ensino fundamental vai de 7 a 14 anos e o ensino médio é para alunos de 15 a 18 anos. Já a educação superior inclui cursos de graduação, com duração variável de acordo com o curso, e cursos de pós-graduação, que incluem especializações lato sensu, mestrado e doutorado stricto sensu, além de programas de pós-doutorado.

Atualmente, a organização das categorias educacionais é estruturada da seguinte forma:

**Tabela 1: Estrutura da Educação Brasileira**

<b>A) Educação Básica</b>		
- Educação Infantil:	Inclui Creches para crianças de 0 a 3 anos e a Educação Pré-escolar para crianças de 4 a 6 anos.	
- Ensino Fundamental:	Abrange os anos do 1º ao 9º, para crianças e adolescentes de 7 a 14 anos.	
- Ensino Médio:	Compreende os anos do 1º ao 3º, destinado a jovens de 15 a 17 anos.	
<b>B) Educação Superior</b>		
- Graduação:	Inclui cursos de bacharelado, licenciatura e tecnólogo, com opções de cursos de extensão e educação profissional.	
- Pós-Graduação:	- Especialização lato sensu:	Cursos de especialização e aperfeiçoamento.
	- Mestrado e Doutorado stricto sensu:	Cursos de mestrado e doutorado, com possibilidade de pós-doutorado para pesquisa avançada.

Fonte: DA S. AGUIAR, 2017



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE

ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
 Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvio De Liberal

Essa organização reflete a estrutura atualizada do sistema educacional brasileiro, conforme regulamentações recentes e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC). (CASTRO, 1999)

A responsabilidade pela educação no Brasil divide-se, então, entre os governos federal, estadual e municipal, e existe uma grande presença do sector privado. O governo federal se ocupa, fundamentalmente, com o ensino superior, embora exerça uma função redistributiva de recursos para os demais níveis de ensino, principalmente através do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Este fundo destina 70% dos seus recursos para as escolas públicas municipais e estaduais, promovendo uma redistribuição que busca garantir maior equidade na qualidade do ensino. Os governos estaduais se encarregam do ensino público de primeiro e segundo graus, enquanto os municípios são responsáveis pelo ensino de primeiro grau e desempenham um papel significativo no ensino pré-escolar. O setor privado predomina no ensino superior e tem uma participação significativa no segundo grau, com presença relativamente menor na educação básica de primeiro grau.

**Tabela 2: Matrículas em diversos níveis, por dependência administrativa (percentagens)**

Nível de Ensino	Público Federal	Público Estadual	Público Municipal	Privado	Total
Educação Infantil	65,20%	1,10%	24,30%	39,40%	4.200.000
Ensino Fundamental	88,00%	0,60%	56,50%	28,90%	29.800.000
Ensino Médio	72,30%	3,00%	60,00%	5,70%	3.800.000
Ensino Superior	39,50%	21,20%	13,10%	26,20%	1.700.000

Fonte: MEC, estimativa para 2022.

A Constituição Federal do Brasil determina que a União deve investir pelo menos 18% de sua receita de impostos em educação, enquanto estados e municípios devem destinar no mínimo 25%. Desde a promulgação da Constituição de 1988, esse percentual foi progressivamente respeitado, resultando em um aumento significativo nos recursos para a educação. Em 1990, os investimentos em educação atingiram quase 20 bilhões de dólares, e o percentual do PIB dedicado à educação subiu para 4,21%, refletindo a importância da vinculação constitucional para elevar os investimentos públicos nessa área.

Mais recentemente, os investimentos em educação continuam a crescer, mas a porcentagem do PIB dedicada à educação tem variado. Em 2020, os investimentos em educação chegaram a aproximadamente 6% do PIB, refletindo o compromisso contínuo com a área, apesar de desafios econômicos e orçamentários.



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE

ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
 Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvia De Liberal

**Tabela 3: Gasto Público com Educação (2021)**

Especificação dos Programas	Federal (R\$)	Estadual (R\$)	Municipal (R\$)	Total (R\$)
Administração	1.203.000.000	5.786.000.000	1.153.000.000	8.142.000.000
Educação Infantil (0 a 6 anos)	548.000.000	175.000.000	3.650.000.000	4.373.000.000
Ensino Fundamental	2.324.000.000	18.000.000.000	14.500.000.000	34.824.000.000
Ensino Médio	1.200.000.000	3.500.000.000	150.000.000	4.850.000.000
Ensino Superior	7.600.000.000	5.500.000.000	70.000.000	13.170.000.000
Educação Física e Desportos	115.000.000	350.000.000	800.000.000	1.265.000.000
Assistência a Educandos	410.000.000	300.000.000	700.000.000	1.410.000.000
Educação Especial	150.000.000	200.000.000	350.000.000	700.000.000
Assistência e Previdência em Educação	3.000.000.000	4.500.000.000	1.200.000.000	8.700.000.000
<b>Total</b>	<b>16.550.000.000</b>	<b>38.511.000.000</b>	<b>22.473.000.000</b>	<b>77.534.000.000</b>

**Fonte:** Os dados são baseados em informações coletadas do MEC e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes ao ano de 2021.

De acordo com o professor e autor Paulo Nathanael de Souza (1986), o capítulo da Educação na Constituição não apresenta grandes inovações em comparação com as Constituições anteriores, de 1934, 1946 e 1967/1969, que já continham disposições relevantes para o setor. O desafio, portanto, é fortalecer os dispositivos relacionados à liberdade de ensino e ao financiamento da escola pública, reduzindo a intervenção estatal nos espaços da iniciativa privada. É fundamental priorizar a educação, especialmente o ensino fundamental, na política social da Nação, garantir oportunidades educacionais para todos e assegurar a descentralização progressiva dos serviços de educação para estados e municípios. Dessa forma, a União deve assumir um papel cada vez mais suplementar no campo educacional.

### 3 RETRATO SOCIAL DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O desenvolvimento educacional é profundamente moldado pelas condições culturais e econômicas de uma sociedade. Apesar das mudanças culturais e das tentativas de progresso, muitas vezes as condições passadas permanecem, obstaculizando avanços significativos. A reflexão sobre nossas metas educacionais deve considerar o conhecimento atual e identificar as barreiras que impedem mudanças efetivas. Assim, é crucial analisar como as transformações recentes na educação têm se desdobrado à luz dessas condições, observando as conquistas e os desafios persistentes.



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvia De Liberal

Recentemente, o Brasil tem se deparado com uma dinâmica demográfica em transformação. A taxa de crescimento populacional, que anteriormente era uma preocupação de explosão demográfica, começou a diminuir. Entre 1940 e 2020, a taxa de crescimento populacional do Brasil caiu de 2,35% para aproximadamente 0,97% ao ano. Esse declínio tem implicações importantes para o setor educacional, reduzindo a pressão por uma expansão rápida do ensino fundamental e direcionando os esforços para a melhoria da qualidade do ensino. O grau de urbanização também aumentou significativamente, passando de 55,9% em 1970 para cerca de 85,4% em 2020, indicando uma maior concentração da população em áreas urbanas e uma mudança nas demandas educacionais.

Ainda assim, essas mudanças não foram suficientes para alcançar um padrão educacional ideal. O MEC destaca avanços no acesso à educação e na escolarização média, mas a qualidade da educação e a equidade continuam sendo desafios críticos. O país está distante de garantir uma educação que proporcione igualdade de oportunidades e fomenta a competitividade econômica e social. A análise dos dados revela que, apesar do aumento no número de pessoas com acesso às escolas, as deficiências no sistema educacional persistem, refletindo desigualdades significativas.

Os dados mais recentes mostram que, em 2022, cerca de 55% da população em idade escolar estava matriculada. A taxa de escolarização varia consideravelmente entre diferentes faixas etárias, com a faixa de 5 a 9 anos apresentando uma taxa de matrícula de aproximadamente 70%, enquanto apenas 18% dos jovens de 20 a 24 anos estão matriculados. A educação superior e a pós-graduação ainda apresentam números baixos em comparação com as necessidades do país, com menos de 3% da população em idade universitária matriculada em cursos de pós-graduação. O analfabetismo continua sendo uma preocupação significativa, com cerca de 6 milhões de brasileiros apresentando dificuldades significativas de leitura e escrita. Esses dados sublinham a necessidade urgente de reformas para melhorar a qualidade da educação e reduzir as desigualdades existentes, para que o sistema educacional brasileiro possa contribuir efetivamente para o desenvolvimento social e econômico do país.

#### 4 CRISE DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

Um dos principais objetivos que sempre acompanhou a expansão da educação em todo o mundo é a sua função democratizadora. Na época moderna, o direito à educação, presumindo uma educação de qualidade, passou a ser visto como uma extensão do próprio conceito de cidadania, ao lado do direito ao voto, às condições mínimas de assistência social, salário e condições adequadas de trabalho. Inicialmente vinculada apenas à educação básica ou primária, essa noção gradualmente se expandiu para abranger níveis educacionais cada vez mais altos, alcançando inclusive a educação superior.

Dentro dessa concepção, o sistema educacional deveria oferecer a todos uma oportunidade igual de participação na sociedade, ao mesmo tempo em que selecionaria os mais qualificados para



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvia De Liberal

as diversas funções profissionais. Darcy Ribeiro (1975) expressa bem essa ideia ao afirmar que "apenas o sistema educacional e, especialmente, a Universidade - cuja função é adestrar quadros - poderá conferir legitimidade ao exercício do poder nas sociedades futuras, cujos gestores serão obrigatoriamente diplomados em cursos universitários". Assim, a educação não apenas democratiza, mas também assegura a legitimidade e a preparação dos futuros líderes.

No entanto, há uma distinção importante entre bens sociais que são valorizados por seu benefício intrínseco e aqueles cujo valor está na escassez relativa. Ter saúde é um bem do primeiro tipo, enquanto ser um campeão olímpico é um exemplo de um bem cuja valorização advém de sua raridade. No caso da educação, o sistema escolar pode criar uma hierarquia similar à medalha olímpica, onde o valor é relativo e depende da posição do indivíduo em uma escala de conhecimentos. Essa hierarquização, muitas vezes, se reflete na ordenação dos alunos por notas e no prestígio das instituições educacionais.

A hierarquização no sistema educacional não é meramente didática, mas também um reflexo de um sistema mais amplo de estratificação social. Embora o objetivo seja fornecer igualdade de oportunidades, muitas vezes a realidade é que a escola perpetua desigualdades, criando um sistema de estratificação baseado na capacidade dos alunos de superar testes e rituais acadêmicos. Esse sistema, em vez de reduzir as desigualdades, pode introduzir novas formas de exclusão e segregação social.

Além disso, a educação idealmente deveria alinhar as características do ensino com as atividades profissionais para as quais os indivíduos são preparados. No entanto, a correspondência entre o sistema educacional e o mercado de trabalho muitas vezes não existe. Essa falta de alinhamento é agravada pela dificuldade de prever as demandas futuras do mercado de trabalho, o que faz com que a educação oferecida não corresponda às necessidades reais dos profissionais em formação.

Anísio Teixeira (FÁVERO, 2000) abordou a educação como um meio de recompor os desequilíbrios entre a produção tecnológica e a sociedade moderna. Para Teixeira, a escola deve atuar como uma mediação fundamental para preparar os estudantes para se tornarem produtores e cidadãos do amanhã. Apesar de suas intenções, o sistema educacional muitas vezes não se adapta rapidamente às mudanças no mercado de trabalho, mantendo-se isolado e, por vezes, inflacionando suas próprias estruturas.

A expansão do sistema educacional brasileiro, em vez de aumentar a competitividade e a qualidade, pode acabar representando um custo social, com o diploma universitário funcionando mais como um requisito de status do que como uma medida de competência real. Em vez de promover uma competição saudável e focada na qualidade, o sistema tende a perpetuar uma disputa por posições, onde a obtenção de um diploma se torna uma forma de deslocar os menos educados, sem necessariamente melhorar a qualidade do ensino.

Finalmente, os estudos contemporâneos sobre a educação no Brasil, como os realizados por Dermeval Saviani (1984), apontam para uma pedagogia histórico-crítica que examina o





## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvia De Liberal

desenvolvimento histórico da educação brasileira e seus paradigmas. Saviani (1984) destaca a importância do saber e do poder que nele reside para promover mudanças sociais. Em suas palavras, "Qualidade é uma filosofia de vida que procura a perfeição e mede o grau de aproximação dela. A perfeição é definida em termos de parâmetros objetivos mensuráveis. A diferença quantificada entre a perfeição e a qualidade atingida em cada situação é a imperfeição remanescente. Conhecer esta e eliminá-la é o desafio da sociedade educada" (SILVA, 1995). Essa visão sugere que a verdadeira qualidade na educação demanda um esforço contínuo e honesto para superar as imperfeições existentes.

### 4.1 PEDAGOGIAS LIBERAL E PROGRESSISTA

O conceito de "Pedagogia e Qualidade" ganhou destaque nos ambientes empresariais, refletindo o impacto do neoliberalismo, que enfatiza a economia de mercado, a livre concorrência e a globalização econômica. Na era da Terceira Revolução Industrial, impulsionada pela alta tecnologia, a demanda por competência e competitividade entre grandes empresas levou ao desenvolvimento de uma pedagogia voltada para a produtividade e a eficiência. No entanto, a aplicação de conceitos de Qualidade Total à educação revela-se complexa e problemática, já que a educação não deve seguir os mesmos paradigmas da empresa, pois a busca por uma educação de qualidade não pode ser reduzida a métricas de eficiência e produtividade típicas do setor empresarial.

As pedagogias liberais e progressistas oferecem visões contrastantes sobre o papel da educação. A pedagogia liberal, focada na manutenção do sistema capitalista, valoriza a igualdade de oportunidades e a orientação vocacional, além de enxergar a escola como um posto de assistência social. Esta abordagem sustenta a neutralidade política da educação e visa a preparação dos indivíduos para desempenharem papéis sociais conforme suas aptidões pessoais. Em contraste, a pedagogia progressista busca transformar a sociedade por meio da educação, promovendo a emancipação humana e a articulação da educação com forças progressistas. Ela enfatiza a necessidade de uma educação que resgate a cidadania e desenvolva uma consciência crítica em relação às relações de opressão e dominação.

Com o fim da bipolarização econômica e a crescente internacionalização, a escola deve se adaptar para qualificar os cidadãos para os novos tempos. A responsabilidade de formar cidadãos críticos e engajados não pode ser transferida para outras instituições, embora a colaboração seja importante. A educação progressista, apesar de enfrentar limitações nas sociedades capitalistas, busca oferecer aos alunos, especialmente das camadas populares, o domínio de conhecimentos essenciais e ferramentas conceituais para promover mudanças sociais significativas. Assim, a educação deve ser um meio para desenvolver uma cidadania responsável e contribuir para a equidade social, alinhando modernização e desenvolvimento.



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvia De Liberal

### 5 GLOBALIZAÇÃO E EDUCAÇÃO

Desde o início da década de 2000, a crise do sistema educacional brasileiro tem sido analisada à luz da globalização e da abertura econômica. Após décadas em que a educação era uma preocupação restrita aos educadores, o desempenho insatisfatório do sistema passou a ser alvo de crítica por políticos, empresários e sindicalistas. A globalização e a integração econômica mundial exigem a adoção de novas tecnologias e, conseqüentemente, novos perfis ocupacionais, onde a educação básica de qualidade é vista como uma condição essencial para o desenvolvimento profissional. A revalorização da educação geral surge como uma resposta a essa necessidade, destacando a importância de uma formação escolar sólida como base para a qualificação profissional.

A transformação no mercado de trabalho exige que a educação geral forneça habilidades intelectuais e conhecimentos científicos básicos, que antes não eram prioritários. Este novo cenário amplia o debate sobre a crise educacional, que agora abrange tanto a formação para a cidadania quanto a adequação ao mercado de trabalho global. Enquanto países desenvolvidos reformam seus sistemas de ensino para atender às novas exigências econômicas, o Brasil também inicia esforços para melhorar a qualidade educacional e adaptar a educação técnica e vocacional às demandas da produção moderna.

Medidas recentes no Brasil, como a avaliação de cursos superiores e a reforma do ensino técnico, visam ajustar o sistema educacional às novas exigências do mercado. A introdução de ferramentas como a educação à distância e a avaliação sistemática do ensino básico são exemplos dessas iniciativas. O objetivo é preparar os alunos para um mercado de trabalho que valoriza a capacidade de compreender e aplicar conhecimentos complexos, refletindo a crescente importância da educação na formação de cidadãos preparados para a nova era de globalização.

No contexto da globalização, a educação deve se adaptar para atender às exigências de uma sociedade em rápida evolução. A necessidade de alinhar a educação com as demandas do mercado de trabalho moderno é crucial para garantir que os cidadãos adquiram as habilidades necessárias para a integração social e profissional. A escola deve fornecer um currículo atualizado e relevante, promovendo a qualificação geral e a formação de indivíduos aptos a enfrentar os desafios da modernidade.

Embora a globalização traga benefícios, também apresenta desafios significativos, como a necessidade de gerenciar os recursos tecnológicos e enfrentar os efeitos negativos da aceleração da modernidade. A educação deve não apenas preparar os indivíduos para a realidade contemporânea, mas também ajudar a minimizar os impactos adversos desse progresso acelerado. Assim, é fundamental que o sistema educacional brasileiro evolua para atender às demandas de uma sociedade globalizada, sem perder de vista a qualidade e a equidade.

Apesar das dificuldades, há esforços contínuos para melhorar o sistema educacional e capacitar cidadãos para enfrentar a modernidade. A esperança reside em iniciativas que visam



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvia De Liberal

aprimorar a educação e assegurar que seus benefícios sejam amplamente compartilhados. A meta é garantir que a educação desempenhe um papel central na formação de uma sociedade mais justa e progressista, capaz de lidar com os desafios e aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização.

### 6 CONSIDERAÇÕES

A escola brasileira enfrenta um desafio crucial, a saber, alinhar-se ao verdadeiro sentido de cidadania, desenvolvimento, inovação tecnológica e competitividade, que são fundamentais para o futuro do país. Para que a transformação educacional aconteça de maneira efetiva, é necessário enfrentar desafios significativos, como a qualificação dos professores, a garantia de salários dignos e a formação contínua. Além disso, a escola precisa adaptar-se às novas tecnologias que promovem o avanço da educação e modernizar suas estruturas para atender às exigências atuais.

Para implementar reformas substanciais, a escola deve se reavaliar e superar estruturas obsoletas e dependências culturais que a impedem de cumprir seu papel de projetar o futuro da nação. A capacitação docente deve ser uma prioridade, reconhecendo a importância da educação de qualidade que vai além da construção do saber, incluindo o exercício pleno da cidadania responsável. Em um mundo marcado pelo avanço da alta tecnologia, a educação precisa estar no centro das discussões sobre progresso e transformação.

A Constituição brasileira estabelece que a educação deve ser de qualidade, mas a realidade desafia essa premissa. Em um país com sérios problemas sociais, como fome e desemprego, a questão da qualidade educacional torna-se ainda mais complexa. Aqueles que não se adaptarem às novas exigências do mercado estarão em desvantagem. A escola ainda opera com modelos ultrapassados e não consegue responder adequadamente às necessidades da sociedade. A educação deve proporcionar igualdade de oportunidades e preparar todos os alunos para se inserir ativamente no mundo moderno, promovendo um ambiente em que cada indivíduo possa se desenvolver plenamente e contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

### REFERÊNCIAS

CASTRO, Maria Helena Guimarães; DAVANZO, AMQ. Situação da educação básica no Brasil. **Brasília: Inep**, 1999.

DA S. AGUIAR, Márcia Angela. POLÍTICAS DE CURRÍCULO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: desafios para a gestão educacional. **Revista Espaço do Currículo**, v. 10, n. 1, 2017.

DE DIRETRIZES, Lei. bases da Educação Nacional. 1996.

DE SOUZA, Paulo Nathanael Pereira. **Educação na constituição e outros estudos**. Livraria Pioneira Editora, 1986.



## REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE ISSN 2763-8928

A EDUCAÇÃO FRENTE AO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO  
Maria Isabel Mello Costa de Carvalho e Sílvia De Liberal

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. Educação não é privilégio. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 176-180, 2000.

FERRARO, José Luís Schifino. Durkheim, educação e sociologia. **Educação Por Escrito**, 2016.

JUNIOR, José Carlos Guimarães et al. Práticas contemporâneas no processo ensino aprendizagem. **REVISTA CIENTÍFICA ACERTTE**, v. 2, n. 12, p. e212119-e212119, 2022.

RAMA, Germán W. Estrutura social e educação: presença de raças e grupos sociais na escola. **Cad. Pesqui**, p. 17-31, 1989.

RIBEIRO, D. **A universidade necessária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1975.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 4<sup>o</sup> Edição. 1984.

SILVA, Rinalva Cassiano. **Educação: a outra qualidade**. Ed. UNIMEP, 1995.